

A LENDA DE LAMBARI POR UMA PERSPECTIVA SEMIÓTICA: CONSTRUÇÃO DE SENTIDO, ORIGENS E IDEOLOGIA

Roberto Junho de Carvalho¹

RESUMO: A teoria semiótica oferece dispositivos analíticos que permitem a compreensão textual desde a profundidade do texto até a sua superfície. Na superfície o texto se manifesta através da enunciação do discurso. É nesse nível que a análise semiótica pode, mais facilmente, apreender as ideologias contidas no texto, examinando-se os procedimentos de figurativização e tematização do discurso. No presente trabalho desenvolvemos uma breve reflexão sobre mito, lenda e crença e, amparados pelos fundamentos da teoria semiótica textual, buscamos estudar alguns aspectos da construção do sentido e algumas ideologias apreensíveis no nível discursivo do texto da lenda que conta a origem da cidade de Lambari. Os textos utilizados consistem nas duas versões da lenda, encontradas em Carrozo (1985) e Martins (1971).

PALAVRAS-CHAVE: lenda; mito; semiótica; ideologia.

ABSTRACT: The semiotic theory offers analytical devices that allow reading comprehension since the depth of the text to its surface. On the surface, the text is manifested through the enunciation of speech. It is at this level that the semiotic analysis can more easily grasp the ideologies contained in the text by examining the procedures for figurativization and theming of speech. In this paper, we develop a brief reflection on myth, legend and belief and supported by the fundamentals of textual semiotic theory we seek to study some aspects of the construction of meaning and some graspable ideologies in the discursive level of the text of the legend that tells the origin of the city of Lambari. The texts used consist of two versions of the legend found in Carrozo (1985) and Martin (1971).

KEYWORDS: legend; myth; semiotics; ideology.

Introdução

O presente trabalho, à luz do referencial teórico-metodológico da semiótica discursiva, tem por finalidade estudar os discursos ligados à fundação do município sul-mineiro de Lambari. Entendemos que lenda de Lambari, por estar integrada ao momento de fundação, é a mais significativa amostra de discurso fundador entre a materialidade dos discursos fundadores ligados a esse município e, por esse critério, constitui-se em nosso objeto de análise na efetivação de nosso estudo.

A lenda das “águas santas” é uma narrativa que trata do “nascimento” da cidade de Lambari e esteve por muito tempo no domínio da oralidade, até ser registrada por intermédio da escrita. Tivemos acesso a duas versões escritas dessa lenda, encontradas nas obras de Martins (1971) e Carrozo (1985). Essas obras fazem parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal Basílio de Magalhães. Nelas o leitor encontra informações sobre passeios turísticos, indicações

¹ Mestre em Letras pela Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR). E-mail: rotober1@hotmail.com. Este artigo é um recorte de dissertação de mesmo nome, desenvolvida na Universidade Vale do Rio Verde, sob orientação do Prof. Dr. Conrado Moreira Mendes.

terapêuticas das águas minerais, elementos históricos e geográficos e biografias de algumas personalidades que viveram ou nasceram em Lambari. São obras de relevância para esse município sob o ponto de vista cultural e histórico e fornecem um panorama da evolução da cidade a partir de sua fundação até os anos 1980. Elas condensam informações importantes sobre a cidade e compreender o funcionamento discursivo dessas obras faz-se importante para elucidarmos questões ideológicas ligadas à fundação e à formação de Lambari.

Isso justifica a delimitação de nosso objeto de estudo às duas referidas versões da lenda de Lambari e, a partir dessa delimitação, estudamos a construção do sentido nas versões de Martins (1971) e Carrozo (1985) analisando a relação entre linguagem e ideologia. Buscamos compreender como se constrói o sentido nas duas lendas de Lambari, como se configuram nelas formações discursivas e ideológicas e como se integram as ideologias presentes nesse discurso com a formação da identidade cultural dessa cidade.

A teoria semiótica foi adotada para fundamentar as análises em função do ferramental teórico disponibilizado para compreensão textual. A semiótica concebe o plano do conteúdo dos textos como um percurso gerativo de sentido e o texto é considerado um sistema de significação em camadas, contemplando desde níveis mais abstratos até o nível mais concreto: o nível discursivo.

No intuito de fundamentar a questão ideológica presente na lenda, sobretudo no que tange ao aspecto mítico-religioso e à propriedade curativa das águas de Lambari, buscamos situá-la em dois planos de significação: o sagrado e o profano. As questões de ordem sagrada apontam para a esfera dos mitos, assunto que tratamos a seguir.

1 Mito

Os povos antigos tinham sua maneira particular de explicar as coisas do mundo. Para os povos desprovidos de ciência, os fenômenos naturais e a realidade eram interpretados pelo pensamento mítico. Portanto, explicar a realidade é uma das funções do mito, pois

O mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser (ELIADE, 1972, p. 9).

Além de serem narrativas que surgem para explicar a realidade, a função dos mitos tem uma abrangência maior. A narrativa mítica não se restringe apenas como explicação para

fenômenos de ordem natural nas sociedades antigas. Se assim fosse, o mito desapareceria em função do progresso científico. Portanto,

Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade (CHAUI, 2000, p. 5).

Eliade (1972) e Chauí (2000) apresentam duas funções do mito: primeiramente o mito se configura como uma narrativa apaziguadora da necessidade humana de compreender seu mundo psíquico, pois ele busca explicar os conflitos internos e externos do ser humano que ocorrem em suas relações consigo mesmo e com seus semelhantes. Em segundo lugar, o mito pode ser entendido como uma narrativa por busca de sentidos que ultrapassam a alma humana em direção ao universo, uma alma sempre em busca de explicações de fatos que abrangem desde estados da natureza até o mundo da cultura.

Entre a ampla variedade de fenômenos que podem estar associados ao mito, para o presente trabalho, é útil a concepção de um tipo de mito que surge relacionado com o momento de fundação de determinada forma de ocupação humana em um espaço geográfico. Essa narrativa mítica se entende como mito fundador e

Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela (CHAUI, 2000, p. 5).

O bloqueio à percepção da realidade e o modo de lidar com ela pela influência do mito a que se refere Chauí (2000) pode ser entendido como a influência de um /querer-ser/ idealizado num passado que remonta às origens e não realizado totalmente no presente. Esses conteúdos inconscientes que compõem o /querer-ser/ afloram na maneira de um povo tratar a realidade. Atua também influenciando seus símbolos particulares e determinando decisivamente a maneira de pensar o futuro. Esse /querer-ser/, que pode ser claro quanto ao que se deseja tornar, ou se imagina que é, pode não apontar, com a mesma clareza, a maneira de se realizar esse /querer-ser/.

Chauí (2000, p. 48) exemplifica o que dissemos. O Hino Nacional Brasileiro faz menção a um “brado retumbante” proferido por um “povo heróico” que automaticamente faz brilhar a liberdade no “céu da pátria”. Nota-se que o Hino Nacional, elemento integrante do mito fundador da nossa independência, é rico em aspirações do /querer-ser/ do Brasil. Esse /querer-ser/, por intermédio do mito fundador da independência, projeta o /querer-ser/ como se já fosse um /poder-ser/ atualizado. Porém, a realidade confirma que esse /querer-ser/ não se dá pela maneira automática sugerida pelo mito da Pátria Amada.

Mas de onde vem o poder do mito que suplanta a realidade e a substitui por uma visão de mundo trabalhada pela fantasia de tal modo que pode ocultá-la? Trata-se de uma pergunta cuja resposta é difícil de encontrar. Porém, consideramos que

O mito é, pois, a história do que se passou *in illo tempore*, a narração daquilo que os deuses ou os Seres divinos fizeram no começo do Tempo. “Dizer” um mito é proclamar o que se passou *ab origine*. Uma vez “dito”, quer dizer, revelado, o mito torna-se verdade apodítica: funda a verdade absoluta (ELIADE, 1972, p. 50).

Retomando a ideia de mito como uma narrativa que busca explicar “realidades”, tanto do mundo externo quanto do mundo interno do homem, é fácil perceber que a aceitação de um mito como verdade extingue a tensão causada pelo desconhecido. Também podemos pressupor que a não aceitação de um mito pelo pensamento racional significa a busca de outras formas de desvendar o desconhecido, sobretudo através da razão, e isso sugere outro mito: o mito de que tudo possa vir a ser compreendido pela razão.

Semioticamente, a construção do mito ocorre através de duas operações da sintaxe fundamental: a negação e a asserção. Quando se nega um termo de uma oposição semântica, constituída de termos contrários entre si, surge o termo contraditório. Por exemplo, ao negarmos um termo como civilização surge o seu contraditório, o termo não civilização. O mesmo se dá com o termo natureza, que negado, projeta a não natureza. Através da asserção é possível reunir termos situados no eixo dos contrários (ex.: natureza e civilização) ou no eixo dos subcontrários (ex.: não natureza e não civilização). O mito representa a união de termos contrários ou de termos subcontrários. Isso fica evidente no interior do sistema de valores do Cristianismo. Cristo é, por exemplo, divino e humano, e os anjos são não divinos e não humanos (FIORIN, 1988, p. 9).

2 Lenda

A finalidade da lenda é explicar as causas relevantes e determinantes para o surgimento de uma nação ou cidade ou contar os grandes feitos do herói². A lenda se configura como elemento cultural significativo para sua comunidade de origem.

O *Dicionário Aurélio* traz a seguinte definição de lenda: “1. Tradição popular. 2. Narração de caráter maravilhoso, em que os fatos históricos são deformados pela imaginação do povo ou do poeta; legenda. 3. Ficção, fábula”. Ampliando essa definição, a lenda se caracteriza como um

Episódio heroico ou sentimental com o elemento maravilhoso ou sobre-humano, transmitido e conservado na tradição oral popular, localizável no espaço e no tempo. De origem letrada, lenda, legenda, “legere”, possui características de fixação geográfica e pequena deformação. Liga-se a um local, como processo etiológico de informação, ou à vida de um herói, sendo parte e não todo biográfico ou temático. Conserva as quatro características do conto popular (Marchen, folk-tale): Antiguidade, Persistência, Anonimato, Oralidade. Os processos de transmissão, circulação, convergência são os mesmos que presidem a dinâmica da literatura oral. É independente da psicologia coletiva ambiental, acompanhando, numa fórmula de adaptação, seus movimentos ascensionais, estáticos ou modificados. Muito confundida com o mito, dele se distancia pela função de confronto. O mito pode ser um sistema de lendas, gravitando ao redor de um tema central, com área geográfica mais ampla e sem exigências de fixação no tempo e no espaço. A lenda da Mãe D’Água, a lenda de Santo Antônio, a lenda do Barba Ruiva, evidenciam no seu próprio enunciado as diferenciações do mito de Perseu, do mito de Licaón, do mito do Velocino de Ouro. É clássico o volume de Arnald Van Gennep, *La Fomation des Légendes*, Paris, 1920 (CASCUDO, 1984, p. 434).

Nas duas definições de lenda apresentadas são mencionados os elementos característicos desse tipo de narrativa: o sentimentalismo, a difusão oral,³ a fixação da lenda a uma área geográfica delimitada, etc. A partir desses dados e das considerações que fizemos sobre mito podemos fazer algumas distinções entre mito e lenda.

Chauí (2005) estabelece a diferença entre fundação e formação, o primeiro termo relacionado ao mito fundador e o segundo aos fatos históricos, respectivamente. Ambos os termos estão associados a organizações humanas que se estabelecem num espaço geográfico. Temos então a primeira distinção entre mito e lenda. A lenda se apropria do fato histórico e o devolve como fantasia, ficção. O mito, termo comumente relacionado a um ato de criação,

² Para a semiótica, herói é o sujeito dotado de determinada competência. É o sujeito do /poder-fazer/ e/ou /saber-fazer/. Pode ser um herói atualizado, antes de realizar a performance, ou realizado, após realizar sua performance (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 215).

³ Nosso primeiro contato com a lenda de Lambari foi através da oralidade.

precede a história. Por se apropriarem da história, as lendas podem funcionar como saber não científico usado para narrar fatos realmente acontecidos e já reconhecidos pelo aval de cientificidade histórica. Portanto, elas se encaixam na tradição popular e podem funcionar como difusoras extraoficiais dos fatos históricos.

Cascudo (1984) adverte sob a possível confusão na distinção entre lenda e mito e esclarece que o mito pode ser um sistema de lendas subordinado a um tema central e área geográfica mais ampla, sem exigência de fixação no tempo e espaço. Então a narrativa de uma lenda pode servir de suporte para a manifestação de um mito, não propriamente pertencente à cultura de origem dessa lenda. Numa ocorrência como essa, o mito pode receber uma caracterização que o aproxima dessa cultura. Isso acontece com o mito da Virgem que, na lenda das “águas santas”, é caracterizada em função das águas curativas como Nossa Senhora da Saúde, conforme se lê no excerto a seguir:

Mas, para o coração dos jovens, não bastavam as longas preces. Deveriam fazer algo de mais importante e duradouro para externar toda a grandeza do bem ali recebido. E sem tardança, suplicaram ao nobre pai, faça construir uma capela naquelas paragens, onde seria sempre lembrada e adorada a Mãe Santíssima. E o senhor Antônio Alves Trancoso sentiu-se mesmo feliz em mandar construir uma capela em louvor a Mãe de Todo o Bem, que ali seria adorada Nossa Senhora da Saúde (CARROZO, 1985, p. 18).

No fragmento anterior transparece a influência do mito mariano, um mito pertencente à esfera religiosa do catolicismo e introduzido na lenda de Lambari. Isso corrobora os dizeres de Cascudo (1984), no que diz respeito à não exigência do mito como ocorrência a ser fixada no tempo e no espaço. A lenda, ao contrário, tomando como exemplo a lenda de Lambari, diz respeito a um povo em particular e a um tempo determinado: o tempo da origem dessa cidade, e sutilmente o mito mariano se integra à fundação desse município.

3 Crença

A finalidade do discurso fundador é explicar a origem de uma organização humana num determinado espaço geográfico, ou seja, /fazer-saber/ essa origem. Portanto, a comunicação tem por finalidade um /fazer-saber/ por parte de um destinador, que projeta um fazer interpretativo para o destinatário. Esse /fazer-saber/, tomado como um ato persuasivo, não deixa de ser um /fazer-creer/. (GREIMAS, 2014, p. 127-128). Os mitos e as lendas, como discursos que são, visam a /fazer-saber/ e, posteriormente, /fazer-creer/, por meio dos conteúdos que veiculam. Os mitos sendo narrativas de busca de sentido para a vida do homem ou narrativas construídas para

explicar uma realidade, em seu fazer persuasivo, buscam orientar o sentido da existência, guiar o comportamento humano segundo condutas desejáveis para a harmonia social de uma etnia, nação ou povo.

O alcance e eficiência do discurso mítico, enquanto ato persuasivo, se ligam a uma interpretação correta da proposta do destinador, pressupondo, portanto, um fazer interpretativo do destinatário do discurso. O fazer interpretativo do destinatário ao receber o discurso, que se configura num /fazer-saber/ (/fazer-creer/) do destinador, provoca uma alteração no estado de crença do sujeito. Dessa forma o ato epistêmico, componente da dimensão cognitiva do discurso, comprova-se como uma transformação de um estado de crença para outro. O sujeito pode passar a negar o que era admitido, aceitar aquilo que duvidava, etc. (GREIMAS, 2014, p. 130).

Os sujeitos possuem um estado de crença anterior ao fazer interpretativo disparado pela recepção de um discurso e o confronto do estado de crença atual com as informações enviadas pelo sujeito do /fazer-creer/ poderá atualizar o estado de crença se houver adesão por parte do sujeito do estado ao /fazer-creer/. A não compreensão da mensagem ou a não aceitação do conteúdo mantém o sujeito virtualizado. Isso significa não adesão ao /fazer-creer/ do destinatário. Portanto, devemos considerar que a leitura de um discurso também consiste em

[...] confrontar a mensagem recebida com o universo referencial do saber do destinatário. Que se chame esse procedimento de leitura, decodificação ou decifração, pouco importa; trata-se sempre do mesmo fenômeno de integração do desconhecido ao conhecido, de autenticação do primeiro pelo segundo (GREIMAS, 2014, p. 136).

Esse referencial de saber dos sujeitos, que funciona como um depósito de saberes, permite ao sujeito comparar as novas mensagens com mensagens arquivadas, atualizando o sistema de crenças. Assim, para o homem de uma tribo primitiva, cuja fonte dos saberes seja exclusivamente de ordem mítica, um mito que explica como surgiu o sol pode provocar uma adesão de crença por reconhecer na narrativa uma verdade. Um linguista contemporâneo, por sua vez, contemplará apenas uma narrativa mítica, ou uma lenda. Isso não impede que o homem contemporâneo extraia do mito mensagens que sirvam para sua vida e a lenda das “águas santas” pode servir como fonte inspiradora de reflexões, sobretudo para um povo em particular, o povo de Lambari, que encontra nesse discurso um elemento de identidade.

4 Nível discursivo

Os dois tipos de saber sobre as águas de Lambari, que são da ordem do sagrado e do profano, irão produzir, também, duas configurações discursivas⁴ reconhecíveis na lenda: uma sagrada e outra profana. A configuração discursiva sagrada se manifesta no caráter mítico religioso que associa a cura de Cecília a uma benção recebida da Virgem. A configuração discursiva profana representa um suposto poder intrínseco das águas em curar.

Para captar mais claramente a configuração discursiva profana que envolve as águas de Lambari, julgamos necessário ir além das pistas já encontradas no texto da lenda, em que Martins (1971) se refere a elas como águas “curativas”, e adentrar um pouco no restante de sua obra recortando alguns trechos. Vejamos um exemplo de formação discursiva profana sobre as águas de Lambari que, inclusive, as insere na temática terapêutica:

O uso de nossas águas não deve ser feito sem se ouvir a opinião abalizada dos médicos e mormente os locais. Estes crenólogos armazenam grande dose de observações quanto à ação das águas, curativas sempre, mas quando criteriosamente prescritas (MARTINS, 1971, p. 19).

A inclusão das águas na formação discursiva terapêutica reforça seu estatuto de integrante da configuração discursiva profana. Já sua inclusão na configuração discursiva com bases no sagrado foi comprovada, sobretudo, na versão da lenda de Carrozo (1985), na qual o autor apresenta uma visão das águas como “milagrosas e santas”. Em ambas as versões da lenda, os narradores dividem o mérito da cura de Cecília entre a Virgem e a água, sendo que o mérito da Virgem recebe pouca ênfase em Martins (1971). Contudo, isso não causa nenhum conflito no texto e as águas “curativas” convivem pacificamente com o mito da Virgem que as faz parecer “águas santas”.

A configuração discursiva sagrada é mais evidente na versão da lenda de Carrozo (1985). Ao terminar a narração da lenda, o enunciador se projeta no texto através de um comentário, enunciativamente espalhando pistas de sua adesão ao sagrado. Ele diz: “O tempo, o grande construtor, sob as bênçãos divinas, encarregou-se de realizar o sonho de Cecília... Nada mais justo que o reconhecimento do valor das ‘águas santas!’” (CARROZO, 1985, p. 19).

Esse enunciado permite inferir que, na versão da lenda de Carrozo (1985), não apenas os atores do discurso se inserem na configuração discursiva sagrada, mas o enunciador também.

⁴ Fiorin (2013, p. 107) explica que temas amplos que aparecem em vários discursos, como o amor, a morte, a infância, a partida, o exílio, etc., constituem uma configuração discursiva. Uma configuração é um lexema do discurso que engloba várias transformações narrativas, diversos percursos temáticos e diferentes percursos figurativos.

Ou seja, é o enunciador, e não um ator do discurso, que acha ser justo o reconhecimento das “águas santas”. O discurso explicita a adesão do enunciador à ideologia religiosa católica.

O narrador de Martins (1971) se aproxima claramente da configuração discursiva profana sobre as águas. Para esse narrador, as águas são curativas⁵ e não “santas” ou “milagrosas”, e o ato de agradecer a participação da Virgem na cura de Cecília é um enunciado atribuído diretamente a um ator do discurso cuja voz surge no texto, por meio de uma debreagem de segundo grau. A voz é delegada ao interlocutário em discurso direto⁶: “Uma vez curada, procura Antônio de Araújo Dantas para agradecer-lhe a indicação das águas, ao que ele responde: – Ah... tá veno só, mecê veio mofina, tá forçada!... Carece gardecê a Vige?!” (MARTINS, 1971, p. 19). O narrador, ao atribuir diretamente o enunciado da crença na Virgem ao interlocutário, exime sua responsabilidade do enunciado. Entendemos que isso indica uma aproximação maior de Martins (1971) com a configuração discursiva profana sobre as águas de Lambari.

Bem diferente de Carrozo (1985), Martins (1971) inicia sua versão da lenda com uma citação bastante sugestiva: “Quem conta um conto aumenta um ponto”. Esse dito popular usado por ele como introdução permite deduzir que esse autor julgava a lenda como resultado do acréscimo da fantasia e da visão mítica a um fato que poderia ser explicado cientificamente: as águas minerais de Lambari possuíam propriedades químicas que as tornavam benéficas no tratamento de algumas enfermidades.

Essa visão do autor sobre as águas está estritamente relacionada aos conhecimentos científicos provenientes da sua profissão⁷ e também consideramos que, em sua época, os tratamentos com as águas minerais eram comuns, chegando ele próprio a alertar que “o uso das nossas águas não deve ser feito sem se ouvir a opinião abalizada dos médicos e mormente os locais”. (MARTINS, 1971, p. 19).

O discurso de Martins (1971) no que diz respeito ao uso das águas confere autoridade da ordem do saber à classe médica e científica.⁸ Como o conhecimento está sempre

⁵ O enunciador cita o termo “curativas” sem aspas e assume seu ponto de vista sobre as águas.

⁶ Segundo Barros (2001, p. 75), através de procedimentos de debreagem interna cria-se efeitos de verdade, sendo um meio de passar a responsabilidade do que é dito àquele que se cita em discurso direto. Para Fiorin (2010, p. 69), o enunciador, o narrador e o interlocutor são considerados diferentes níveis de produtores de enunciados. No entanto, quando se produzem enunciados, podem-se incorporar contratual ou polemicamente enunciados de outrem. Assim, há enunciados que incorporam diferentes responsáveis pela enunciação.

⁷ Armindo Lourenço Martins era farmacêutico diplomado pela Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, MG, em 1932.

⁸ Numa sociedade capitalista, os médicos são os detentores legitimados pelas universidades, instituições mantidas pelo capital público ou privado, do poder de “prescrever medicamentos”. Em última instância, é a ideologia capitalista que determina o que é legítimo e também o que deve ser entendido como saber oficial.

comprometido com os interesses da classe dominante, isso amplia o conceito de ideologia. Ela pode ser entendida como o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma determinada classe ordena, justifica e explica a ordem social. Portanto, numa formação social haverá, para cada classe componente dessa formação, uma visão de mundo. Essas visões podem ser fenomênicas ou visões de essência. A ideologia existe independentemente da consciência dos agentes sociais, pois ela oculta as relações mais profundas invertendo sua expressão. Cada uma das visões de mundo produzem um discurso próprio. A ideologia é constituída pela realidade e a constitui e é determinada, em última instância, pelo poder econômico. Assim, embora numa formação social existam tantas ideologias quanto forem as classes sociais, a ideologia que prevalece é a da classe dominante, que, no modo de produção capitalista, é expressa pela ideologia burguesa (FIORIN, 2000, p. 29-31).

Os portugueses, chegando ao Brasil, trouxeram consigo sua ideologia através da qual pretendiam submeter as terras encontradas e os seus habitantes. Para isso era mister impor sua cultura, sua religião e seu sistema de produção. O domínio das novas terras seria justificado pela religião, pois “no século XVI, o jesuíta Anchieta, em seu sermão da Assunção, dizia que Deus conferiu à Virgem Maria a missão de multiplicar seus filhos, estendendo a ela a quarta parte do mundo, para ali, também, repartir suas graças” (BAUMANN, 1993 *apud* SOUZA, 2001, p. 2).

Esse discurso religioso aparentemente se justifica como um discurso de salvação, de expansão comunitária visando à redenção e tomando como filhos os povos selvagens que ainda não conheciam a Deus. Mas isso comprova que na ideologia “há inversão da realidade, a ideologia está contida no objeto, no social, não podendo, portanto, ser reduzida à consciência”. (FIORIN, 2000, p. 29). Ou seja, o discurso de Anchieta torna-se um discurso que, no nível da consciência, configura-se como religioso, mas inconscientemente mascara a realidade. Os portugueses não vieram ao Novo Mundo para expandir as “graças da Virgem” e sim para dominar, escravizar e extrair riquezas das terras descobertas. As “bênçãos” que chegaram à “quarta” parte do mundo foram doenças, aniquilação cultural dos povos dominados, violência e todo tipo de relação de exploração que se possa imaginar quando um dominador forte se apossa de uma “presa” indefesa.

Podemos inferir que um dos motivos responsável pelo catolicismo ser a religião oficial dos portugueses é a não oposição dessa religião às práticas capitalistas exercidas para acumulação de riquezas; inclusive, a igreja justificava essas práticas, que incluíam escravização

dos povos nativos, tráfico de escravos, guerras e destruição das crenças do povo dominado com a posterior implantação do seu próprio sistema de crenças. Ou seja, a ideologia religiosa católica estava submetida à ideologia capitalista e

Desse modo, a cristandade, aqui, uniria os interesses políticos aos religiosos. Não é de estranhar, portanto, que, como expressão do sistema colonial, tenha colaborado em guerras contra os ameríndios e na expulsão de franceses e holandeses e, ainda, tenha tolerado a escravidão, construindo-lhe um discurso legitimador (VAINFAS, 1986 *apud* SOUZA, 2001, p. 3).

A fundação do Brasil está inserida numa formação ideológica que justifica a escravidão e tem na figura da Virgem uma entidade com a missão de derramar bênçãos no Novo Mundo. Não é estranho, portanto, que essa ideologia também esteja presente no discurso fundador de Lambari. As águas minerais encontradas nessa região, inconscientemente, tornaram-se “águas santas” como reflexo da ideologia religiosa. Nesse contexto, as águas de Lambari podem entrar no rol das bênçãos concedidas pela Virgem ao Novo Mundo.

Uma formação ideológica é a visão de mundo de uma determinada classe social, formada por um conjunto de representações e ideias que revelam a compreensão que determinada classe tem do mundo. E a visão do mundo está estreitamente vinculada à linguagem. Isso traz como consequência que cada formação ideológica produz uma formação discursiva correspondente. A formação discursiva é vista como um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo. A formação discursiva é assimilada pelos membros de uma sociedade no decorrer do processo de aprendizagem linguística e o homem constrói seus discursos com a formação discursiva assimilada e interage linguisticamente com os acontecimentos. Sendo assim, o discurso é mais um local de reprodução do que de criação. A formação ideológica impõe o que pensar, a formação discursiva impõe o que dizer. Apesar de existirem tantos discursos quanto forem as formações ideológicas, a ideologia dominante é a da classe dominante; portanto, o discurso dominante também é o da classe dominante. As visões de mundo estão vinculadas à linguagem e a ideologia, vista como algo imanente à realidade, é indissociável da linguagem (FIORIN, 2000, p. 33).

Considerando a lenda como texto integrante do discurso fundador de Lambari, mesmo sendo um texto de ficção, nela encontramos a formação ideológica dominante, ou seja, a visão de mundo da classe dominante da época e os discursos provenientes dessa formação. Isso nos permite verificar as formações discursivas e ideológicas contidas nesse texto, e também pensarmos no filtro ideológico dos enunciadores das duas versões.

Como cada formação ideológica resulta numa formação discursiva que se materializa em temas e figuras no discurso, o texto da lenda suaviza a questão da escravidão com o uso desses elementos. Como a ideologia dominante tinha na escravidão um instrumento de crescimento de capital e essa prática era justificada pela religião, o escravo da lenda se apresenta como um sujeito solícito, conformado com o meio social e pronto a ajudar seus “opressores”, pois é ele quem indica a “fonte de águas milagrosas” e serve de guia para conduzir a família de Trancoso ao local das águas. (CARROZO, 1985, p. 16)

A lenda informa que Trancoso era “um rico fazendeiro e criador” (CARROZO, 1985, p.15). Como sabemos, no ano de 1780, ano em que Carrozo (1985) localiza a lenda, a mão de obra produtiva no Brasil era escrava. E os escravos, provavelmente, não gozavam de liberdades como Dantas, que até podia frequentar uma venda. O que ocorre no texto é uma forma de ocultar a maneira real com que eram tratados os escravos, bem como mascarar os sentimentos de revolta e insatisfação daqueles que se encontravam em tal condição.

Apesar da construção positiva da personalidade do escravo concretizado pelo ator Antônio Araújo Dantas, ele está figurativizado no texto de Carrozo (1985) como “preto cativo” e como “africano” em Martins (1971). Ou seja, apesar do caráter, generosidade e solicitude desse ator, a formação ideológica que impõe o que pensar e a formação discursiva que impõe o que dizer remetem Dantas a sua condição de escravo, pois ele é um “preto”, um “africano”, uma criatura que, de acordo com a ideologia da época, foi feita para servir até se esgotar a sua capacidade de trabalho.

A lenda também apresenta Dantas como um escravo bom e catequizado, que demonstra devoção à figura da Virgem, o símbolo católico que justificou a conquista do novo mundo como cumprimento de antigas profecias.⁹ É um indivíduo sem vínculos com sua cultura, pois sendo “africano” não possui nenhum resquício de sua religiosidade nativa, tendo incorporado totalmente o discurso religioso da classe dominante sem apresentar traços das crenças de seu local de origem. Se mostrava adepto do discurso religioso católico, uma religião que justificava sua condição de escravo. Dantas era devoto e reconhecia na Virgem, e não somente nas águas, o poder de cura, a ponto de dizer “Carece gardecê a Vige?!” para a moça, então curada pelas águas.

⁹ Souza (2001, p. 2) informa que a descoberta da América recolocava a questão da antiga crença na quarta parte do mundo. Durante toda a Idade Média, aventou-se a possibilidade de um quarto continente, além dos já conhecidos Europa, Ásia e África. Mas, com a “descoberta”, tornava-se imprescindível comprovar alusões/profecias à sua existência nas Sagradas Escrituras, assim como caberia à Virgem estender suas graças ao restante do mundo.

A caracterização discursiva de Dantas comprova que o discurso não é expressão da consciência. Esta é formada pelos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. A visão que o homem tem do mundo é fruto do que ele aprendeu com os discursos que assimilou, o que faz que, quase o tempo todo, ele reproduza esses discursos em sua fala. (FIORIN, 2000, p. 21).

Dantas representa a imagem de escravo, construída segundo discursos validadores da escravidão. Discursos que, incorporados por uma geração, induziam a percepção dessa prática como algo natural, pois, dentro dessa formação discursiva, procurava-se inverter a situação real do escravo a ponto de o escravo da lenda parecer um sujeito “grato” a seus opressores e bem-disposto a fazer o bem à classe que lhe explorava. Isso suaviza, no nível da aparência, as atrocidades que se cometiam contra esses seres humanos no nível do real, pois, “o sujeito inscrito no discurso é um ‘efeito de sentido’ produzido pelo próprio discurso, isto é, seus temas e suas figuras é que configuram a visão de mundo do sujeito”. (FIORIN, 2000, p. 49)

Se o discurso é materialização das formações ideológicas e, portanto, determinado por elas, o texto é o local da manipulação consciente. Nele o homem pode organizar, à sua maneira, os elementos de expressão disponíveis para veicular seu discurso. Por isso o texto é individual e o discurso é social. Há ampla liberdade para textualização. Já no nível discursivo, o homem está preso aos temas e figuras das formações discursivas existentes na formação social em que está inserido. Por ser determinado pelas formações ideológicas, o discurso cita outros discursos e, por apresentar uma função citativa, a liberdade discursiva é praticamente inexistente. O dizer do enunciador é uma reprodução inconsciente do dizer de um grupo social no qual ele está inserido. A ilusão de liberdade discursiva é proveniente da liberdade que o enunciador encontra para organizar no texto o discurso e veiculá-lo, pois o plano de expressão é um campo de manifestação individual. Mas trata-se de uma individualidade objetivada, uma vez que é formada por meio de operações modelizantes de aprendizagem, que incluem a formação linguística, retórica e de procedimentos de formas de elocução. As formas de dizer o discurso são aprendidas e subordinadas às tradições culturais de uma sociedade. (FIORIN, 2000, p. 41-42).

Desviando um pouco nossa atenção do contexto social da época do surgimento da lenda para os enunciadores das versões e considerando que o discurso cita outros discursos, percebe-se que Martins (1971) deixa transparecer, em seu texto, a formação ideológica de que ele participa. O termo “curativas” não está no texto por acaso. Em seu livro, considerado o enunciado completo de onde recortamos a lenda como *corpus*, Martins (1971), reforçando o

que já dissemos, busca criar efeitos de cientificidade em torno das águas de Lambari. Ilustramos nossa afirmação com uma citação de seu livro:

Desejamos frisar que o uso das águas longe das fontes [...] beneficia o organismo que a ingerir. Mas todo seu poder curativo só é encontrado e aproveitado, quando ingerida na própria fonte, porque sua radioatividade só está nas fontes [...]. Não se ignora mais, no mundo médico moderno, o poder curativo deste agente, talvez mesmo o principal fator terapêutico das águas minerais radioativas (MARTINS, 1971, p. 23).

Na produção do texto da lenda apresentado por Martins (1971), ele usa a sua “liberdade” de textualização para expressar sua ideologia. Ele se afasta da enunciação, não dá ênfase aos percursos figurativos e apenas informa o leitor que existe uma lenda, passível de ser reconfigurada pelo imaginário, pois Martins (1971) adverte: “Quem conta um conto aumenta um ponto”.

Carrozo (1985), por sua vez, constrói seu texto enaltecendo as belezas naturais de Lambari através de figuras que descrevem a paisagem criando efeitos de verdade com o intuito de fazer o destinatário reconhecer Lambari como uma região de grande beleza. Se o dizer do enunciador é uma reprodução inconsciente do dizer de um grupo social em que ele está inserido, deduzimos que Carrozo (1985) é adepto de uma formação ideológica que tem por princípio a expansão do turismo na cidade de Lambari. Podemos comprovar nossa afirmação através dos seguintes dizeres: “Que os leitores se abeberem em suas páginas com parte de nossos encantos pela mimosa Lambari e façam de suas plagas delicioso recanto ferial. É o que almejamos” (CARROZO, 1985, p. 9).

Portanto, ao descrever, através da lenda, a geografia de Lambari com figuras que buscam criar efeitos de verdade de um local bonito e agradável, mas fazendo isso com o objetivo de atrair visitantes para a cidade, o que significa uma maior circulação de dinheiro no município, Carrozo (1985) se insere numa formação ideológica capitalista, talvez sem perceber que “os valores antigos, religiosos, artísticos, morais, lúdicos que o capitalismo encontra, ele os transforma em mercadoria para turismo, propaganda para TV... Rebaixa esses valores a objetos de curiosidade do expectador urbano” (BOSI, 2003, p. 186).

Mas não é apenas na obra de Carrozo (1985) que percebemos indícios da formação ideológica relativa ao turismo e, portanto, ao lucro. A obra de Martins (1971) também se insere nessa formação, o que constatamos a seguir:

Em 1909, o governo do Dr. Wenceslau Braz, nomeou como primeiro prefeito da cidade o Dr. Américo Werneck e determinou grandes projetos de

melhoramentos que pudesse torná-la digna de nome de estância de hidroclimatismo-terapêutico; e em 1912 celebrou com o mesmo contrato de arrendamento da estância; exploração de águas e execução de obras. Este concessionário terminou o Cassino, a formação do Parque Wenceslau Braz, represamento dos rios São Simão e Pinhão Roxo e construída a Barragem ao lado do Mombuca fez surgir o grande lago; e ainda tinha elaborado um vasto plano de melhoramento para embelezar a cidade. “Ninguém saberá justificar sensatamente, o triste fadário que aniquilou os planos grandiosos do ousado prefeito”, o fato é que o governo lhe rescindiu o contrato em julho de 1915. (MARTINS, 1971, p. 47).

Desse modo, a ideologia capitalista segundo a qual Lambari se tornaria uma cidade próspera e rica através do turismo, principalmente pela construção do cassino, influencia toda uma geração de habitantes dessa cidade que viveram na segunda metade do século XX, mas viram esse sonho frustrado, pois,

Surpreendentemente, quatro meses depois de assumir a presidência, Eurico Gaspar Dutra convocou todo o Ministério e restabeleceu a vigência do artigo 50 da Lei de Contravenções Penais, fechando todos os cassinos do país. Até mesmo os que estavam amparados pela Lei da Estâncias de Águas foram proibidos de funcionar. O Cassino de Lambari, em Minas, funcionou apenas um dia (PAIXÃO, 2013, p. 146).

Temos na versão da lenda de Carrozo (1985) um texto que pode ser inserido numa formação discursiva voltada para divulgação da cidade de Lambari e um texto que também coloca o enunciador como participante da formação discursiva católica dos milagres da Virgem. Afinal, não é sem motivo que a figura da Virgem se associa às águas minerais. Num país onde a maioria da população é católica confessa,¹⁰ uma lenda que narra uma cura milagrosa por intercessão de Nossa Senhora da Saúde não deixa de ser um elemento a mais com potencial de atrair visitantes.

Considerações finais

Chauí (2000, p. 6) adverte que os discursos provenientes do mito fundador influenciam de maneira inconsciente sua comunidade de origem e “assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-se para adequá-las à nova quadra

¹⁰ Apesar de continuar em queda sucessiva a cada novo Censo, a porcentagem de católicos no Brasil está em torno de 57% da população, conforme informações disponíveis em: <http://g1.globo.com/jornada-mundial-da-juventude/2013/noticia/2013/07/populacao-catolica-cai-de-64-para-57-diz-datafolha.html>. Acesso em 1 fev. 2015.

histórica”. Se o mito fundador fixa a origem de uma comunidade num contexto extra-histórico, a história fixa os acontecimentos na temporalidade, pois

Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. Numa palavra, o registro da formação é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, seja as que o ocultam (isto é, as ideologias). Diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que podem tomar (CHAUI, 2000, p. 5).

A explicação mítica dos acontecimentos da fundação, bem como a história de uma comunidade se diluem no grupo social, passando a ser uma forma de conhecimento partilhado, representando elementos de coesão e identidade desse grupo. Os conhecimentos partilhados obtêm tal estatuto pelo exercício da linguagem e, para Chauí (2005), o termo “fundação” está vinculado à narrativa mítica que se refere à produção de discursos oriundos do momento tomado por referência inicial de uma criação.

Podemos inferir, amparados nos dizeres de Greimas (2014), que o destinador do discurso mítico de fundação, primordialmente, busca um efeito de verdade e, mesmo sujeito à temporalidade, essa busca é permanente, pois, “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. (CHAUI, 2000, p. 5).

A verdade que o discurso da lenda busca produzir talvez seja uma reafirmação através do tempo de que o mito das “águas santas” tem seu fundo de “verdade” e de que as águas de Lambari sempre serão medicinais. Isso vem alimentando as ideologias que, no transcorrer da história da cidade, foram se firmando, e as “águas santas” do mito fundador foram o combustível dessas ideologias, conforme se percebe no excerto a seguir:

O peixe lambari que emprestou o nome ao Município é abundante em nossos rios e no lago, mas não vive em nossas águas minerais; nem ele nem qualquer outro organismo vivo nelas viverão. Mas Lambari, cidade onde temos as águas virtuosas que curam males do corpo e da alma... esta não morrerá jamais. O idealismo, o entusiasmo e o amor do seu povo para o trabalho há de fazê-la

crescer sempre para o orgulho nosso e de suas co-irmãs. Ao par de seu clima salubérrimo, as belezas naturais, a hospitalidade marcante do mineiro daqui; a exportação das águas, a atividade de nossas indústrias de vasilhames, calçados, laticínios, doces, bebidas, produtos terapêuticos, cerâmica, material de construção, [...] tudo isso em potencial e ascendência manterá alto o nosso fanal de progresso (MARTINS, 1971, p. 49).

O discurso de Martins (1971) não apresenta nenhuma nova ideologia. Trata-se da adequação do discurso mítico de fundação à ideologia capitalista. As “águas santas” se tornam “produto de exportação”, as belezas locais e a hospitalidade servem de atrativo turístico, cuja finalidade também é o crescimento econômico. As indústrias, que ele cita em seu discurso, nada mais são que a expressão máxima do sistema de produção capitalista. Um sistema estereotipado de produção que instaura a relação de explorador e explorado. Ao explorador cabe o lucro e ao explorado,

O salário, que não é senão o elemento destinado à reprodução da mão-de-obra, [ele] apaga a distinção entre tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e tempo não pago. O salário, no nível da aparência, aparece como o pagamento do trabalho e não da força de trabalho. Observe-se, então, que, no nível da circulação, as relações sociais aparecem como relações entre indivíduos livres e iguais. Entretanto, no nível da essência, essas relações são entre classes e não entre pessoas. Não existe a troca, mas a exploração. Não há, nesse nível, nem igualdade nem liberdade, mas relações de poder. A partir da produção estabelecem-se as classes, sociais; aí há exploradores e explorados. O real, no nível da aparência, põe-se invertido e é, a partir daí, que se elaboram as representações que servem para pensar a relação dos homens entre si. Assim, ideologia é o conjunto de representações elaboradas a partir da aparência do real, o conjunto de racionalizações que justificam, no nosso caso, a sociedade burguesa (FIORIN, 1988, p. 12-13).

Os ideais de crescimento econômico do município de Lambari, no nível da aparência, justificam-se como um bem para todos, mas, na realidade, esse crescimento visa a proporcionar o acúmulo de capitais pela classe dominante, e ao povo resta o “amor pelo trabalho” que há de fazer a cidade crescer. Esse “amor pelo trabalho” é um termo eufórico segundo a ideologia capitalista pois, no nível da aparência, o trabalho é capaz de enriquecer o homem. Trata-se de uma dissimulação da realidade, pois nela percebe-se que o enriquecimento se dá pela apropriação da força de trabalho e acúmulo de capital e não pelo trabalho em si.

Os dois tipos de saber sobre as águas (sagrado *versus* profano) apontam diferentes posições que o homem pode assumir mediante a significação de um objeto, no caso em questão o objeto água. Mas, se nos dizeses de Eliade (1972, p. 13), a manifestação do sagrado confere aos objetos outros sentidos, evidenciamos que em relação às águas de Lambari o saber profano também lhes modificou o sentido. Ao serem consideradas “remédio”, elas se tornam outra coisa.

Portanto, o sentido do mito fundador acoplando-se a outros discursos cria a ilusão de transformar-se em outros sentidos pela ação da língua e do tempo, mas, por não perder o sentido inicial atribuído ao fundador, o sentido adquire um caráter secreto, ou seja, “ele é” (mito fundador) e “não parece ser” (BARROS, 2011, p. 45). No discurso mítico, as águas são “milagrosas” (visão sagrada); para a crenologia, são “remédio” (visão profana); e para a ideologia capitalista, são “mercadoria”. O núcleo comum de sentido visto na oposição /sagrado/ *versus* /profano/ é o mesmo: são “águas que podem curar”.

Em função da propriedade de poder conectar-se a novos discursos, às vezes, sem ser percebido, o mito fundador pode ser uma repetição metamorfoseada de si mesmo, mantendo sua essência e levando através das gerações e das configurações discursivas a que se conecta o sentido das origens de um povo. Também se configura como elemento de identidade discursiva e através dessa identidade realiza-se a conexão entre passado e presente em sua comunidade de origem.

Os conteúdos ideológicos presentes na lenda só se tornam mais nítidos e específicos à medida que o processo de formação da cidade avança e as classes são devidamente estabelecidas em seus espaços sociais. O conteúdo comum e oferecido a todo o povo é o conteúdo mítico-sagrado-religioso e esse conteúdo, subordinado à ideologia da classe dominante, disfarça o intento capitalista de transformar a bela região das “águas santas” numa cidade turística e, como em toda célula de governo, cobrar-se impostos, estimular atividades produtivas, criar cargos públicos, enfim, tudo que possa promover privilégios aos dominantes, mas de maneira velada, a fim de que o povo também tenha orgulho de pertencer a cidade das Águas Virtuosas¹¹ e se sinta digno de receber as bênçãos de Nossa Senhora da Saúde...

REFERÊNCIAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FLLCH/USP, 2001.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. Organização Betty Sue Flowers; tradução Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CARROZO, João. *Lambari outrora “cidade de Águas Virtuosas de Campanha”*: uma fonte... Um povoado... Uma estância! 3. ed. Piracicaba: Shekina, 1985. (Coleção “Jóias da Campanha”).

¹¹ Esse foi o primeiro nome da cidade, que se tornou município em 1901 e passou a se chamar Lambari em 1930. (CARROZO, 1985, p. 25).

- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho. A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos. *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, n. 4, p. 227-256, 1987.
- ELIADE, Mircea. Mito e realidade. Tradução Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2000.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos da Análise do Discurso*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nanquim/Edusp, 2014.
- MARTINS, Armindo. *Lambari: cidade das Águas Virtuosas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Linográfica Rio Ltda, 1971.
- PAIXÃO, Dario Luiz Dias. *Thermae et ludus: o início do turismo de saúde no Brasil e no mundo*. *Revista Turismo em Análise*, v. 18, n. 2, p. 133-147, 2013.
- ROCHA, Everardo. *O que é mito*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. *Tempo*, v. 6, n. 11, p. 77-92, 2001.

ANEXOS

Lenda de Lambari, versão Carrozo (1985)

As origens...

Como toda cousa bela põe encantos em sua origem, a cidade de “Águas Virtuosas”, atualmente Lambari, também teve sua origem... Uma encantadora origem. E o Natal de que se orgulha a cidade de Lambari é todo entrelaçado de formosa lenda. Uma lenda...E, como todas as lendas, assim começa... Era uma vez... Um rico fazendeiro e criador lá das bandas de Passos, que rumara para a Cidade de Campanha, a fim de encontrar um facultativo capaz de debelar os males que afligia uma muito amada filha. Corria o ano de “mil setecentos e oitenta”. De nada, porém valiam os médicos e tizanas de toda espécie. Cecília, a prendada filha do fazendeiro Antônio Alves Trancoso, continuava torturada por implacável doença. Seus encantos e formosura pareciam fadados à destruição final. A jovem notava a lenta, mas continua fuga do rosado de suas faces... Seus lábios já não eram os frisos nacarados de outrora, já não tinham a sedução de que se envaidecia a bela mineirinha! E completava o triste quadro a dominar o sensível coração da jovem, o lembrar-se de que ela era noiva... Sim, era noiva de um mancebo cheio de saúde, cheio de esperanças. Um moço a quem a vida não poderia roubar um futuro fecundo e feliz! E Tancredo, o noivo, não menos acabrunhado andava pela abalada saúde de sua querida Cecília. Acompanhara, Tancredo, a família da noiva em sua viagem a Campanha. Era sem dúvida uma prova de amor, do grande Amor de Tancredo à bela Cecília. Dias se escoam... E o tempo a passar gera a tristeza, o desanimo, o desespero... Os fados, porém, cansados de ver tanta lamuria, tanta lagrima, encaminham Tancredo a uma venda em busca de qualquer utilidade e, enquanto espera ser atendido, comenta com algumas pessoas ali presentes o desespero que lhe roía o coração pela quadra infeliz por que passava sua adorada noiva. Adianta-se um preto cativo, Antônio de Araújo Dantas, e sugere seja levada a moça lá nas plagas do Lambari, onde uma fonte de águas milagrosas, já experimentadas por outros doentes, proporcionara curas admiráveis. E mais e mais Antônio Dantas se refere sobre as tais águas “santas”, que acabou por convencer a Tancredo de levar tal noticia aos pais de Cecília. Oh! Quanto lhe interessava isso... Sim! Interessava-lhe muito... E foi com o coração aos pulos que afastara daquela venda... Tancredo em caminho vai repetindo para si mesmo as palavras do cativo: “águas esquisitamente estranhas... cheias de bolhas (gaz)... Águas a brotar continuamente de uma rocha ao sopé de um outeiro coberto e contornado de verdejante mata... E a mata, ora aberta, ora cerrada, parece esconder sua preciosa mina... Em volta na baixada, um largo brejal... outra defesa da gruta ciosa de sua água santa”... Agora, próximo à casa onde se hospedara Trancoso com a família, Tancredo estaca. Deve coordenar as ideias. Melhor pensar um pouco antes de entrar em casa... Como contar o que soubera, como convencê-lo... Ah! Se dessem pleno crédito às suas palavras... Se permitissem levar sua querida Cecília, se ela voltasse aos dias felizes em que se conheceram... Ela tão viçosa, tão corada, tão linda... E embebido em justos sonhos de amor, convicto do real valor das “águas santas” lá das bandas do Lambari, Tancredo entrou em casa de Antônio Alves Trancoso, exultante, inebriante de esperança, e sem delongas, pôs-se a contar com voz animada, convincente, quase autoritária, quanto soubera a respeito da “água santa” apontada pelo cativo Antônio Dantas, e da necessidade de ser Cecília Levada para lá, a fim de fazer a cura indicada pelo negro cativo. Após alguma relutância acabou o sr. Trancoso por decidir sobre a viagem para o Lambari e conhecer aquelas “águas santas”. Dias depois lá estava a família de Antônio Alves Trancoso e o jovem Tancredo, servindo-lhe de guia Antônio Araújo Dantas. Em verdade lá encontraram a mata verdejante a cobrir os morros entre os quais serpenteava estreito caminho que conduzia à fonte. Caminho que uma ou outra clareira roubava às sombras da mata. Próximo à fonte, a clareira era bastante para uma ligeira hospedagem... Enfim, tudo como Antônio de Araújo Dantas descrevera. Cecília passa a beber da água milagrosa. Um copo pela manhã em jejum, outro ao meio dia, e um terceiro à tardinha, antes da última refeição. Os primeiros dias passam... Quanta esperança!... Quanta ansiedade!... Mais dias passam... Porém algo de estranho e sedutor prende aquela gente à bela e selvagem natureza local. Seria o céu sempre azul durante o passeio cotidiano do sol? Seria a lua a correr no escuro manto estrelado durante as noites sempre agradáveis, românticas, promissoras de um dia cálido, festivo? Seria esse conjunto que os cientistas chamam “clima” naquelas paragens imutável, paradisíaco? Ou o verde

acariciante das copadas das árvores e da vegetação rasteira, rica de flores em dadivosa oferta à beira do caminho?... Ou a música alegre do chilrear dos mais diversos pássaros?... Certo é que tudo concorrera para tornar menos monótonas as horas ali passadas, embora lentas, muito lentas... E' Cecília, porém, que vai dar a nota confortadora àquelas almas em angústia... E' Cecília a mostrar-se mais ativa... Mais interessada pela paisagem que os cerca... Agora a correr pela mata, a colher flores e mais flores... Ao mostrar aos seus o rubor de suas faces... O carmim natural de seus formosos lábios! E' Cecília ao atirar-se chorando nos braços do bondoso pai, em agradecimento do quanto penaram até ali, em busca de sua saúde e felicidade! Os dias esperados, calculados, passaram. A moça bebera religiosamente da “água santa” como lhe indicara o cativo Antônio de Araújo Dantas. Termina a cura. Cecília restabelecida mostra-se forte, alegre, sadia. Cumpria-se o esperado milagre. As aflições não encontravam mais lugar entre aquele punhado de gente acompanhante da jovem Cecília. As águas eram mesmo “santas”! E agora? Cecília e Tancredo ajoelhados diante da gruta das “águas santas”, renovam à Virgem em fervorosa prece a gratidão de suas almas crentes e devotas. Antes fora uma súplica de fé e esperança! Agora uma prece amor e humildade! Mas, para o coração dos jovens, não bastavam as longas preces. Deveriam fazer algo de mais importante e duradouro para externar toda a grandeza do bem ali recebido. E sem tardança, suplicaram ao nobre pai, faça construir uma capela naquelas paragens, onde seria sempre lembrada e adorada a Mãe Santíssima. E o senhor Antônio Alves Trancoso sentiu-se mesmo feliz em mandar construir uma capela em louvor a Mãe de Todo o Bem, que ali seria adorada Nossa Senhora da Saúde. Tudo fora bem até ali... Tudo acabaria bem, pensavam Cecília e Tancredo. E chegasse ao feliz evento! Manhã de sol, como todas as manhãs dos rincões de Lambari. A mataria engalanada com o ouro do sol matutino, parecia mais bela do que nunca o fora antes... Pássaros a encher os ares com os mais finos acordes de sua música inigualável... Vividos matizes borboleteavam pelo espaço como a saudar o ensejo de nova missão naquelas bandas pertencentes à extensa Campanha da Princesa... No alto, a limpidez de um céu bem claro, parecia estender sobre toda a natureza o manto celestial da Rainha do Céu! Na terra, em meio à clareira, modesta capela parecia acanhar-se diante da multidão ali acorrida... Ajoelhados aos pés do altar de Nossa Senhora da Saúde, Cecília e Tancredo recebem a benção nupcial. Tudo acabara bem. Sim! Tudo acabara como o desejara os noivos, quando pela vez primeira se ajoelharam junto à fonte das “águas santas”, rogando à Mãe Santíssima debelasse os males que afligiam Cecília. Tudo acabara bem!

.....
O tempo, o grande construtor, sob as bênçãos divinas, encarregou-se de realizar o sonho de Cecília... Nada mais justo que o reconhecimento do valor das “águas santas”! E para tanto, em torno da fonte, onde Cecília e Tancredo renasceram para vida, onde os jovens solidificaram e cumpriram o anseio de um grande amor – surge mais tarde um povoado... Um povoado que nasce... Cresce... Multiplica-se... Empurra para além a mata verde... Cobre as elevações de extenso casario... Um povoado que extingue o brejal... Um nobre povoado que canaliza as “águas santas” e continua a ver males dissipados... Um povoado... E chega-se a primoroso balneário! Contempla-se ali a que se chamou cidade das “Águas Virtuosas da Campanha”!

Lenda de Lambari, versão Martins (1971)

“Quem conta um conto,
Sempre lhe acrescenta
um ponto”.

Contam que, por volta do ano de 1870, na cidade de Campanha, um africano de nome Antônio de Araújo Dantas, revelou ao moço Tancredo a existência de águas curativas, que existiam atrás da serra, numa nascente perto de um riacho. Tancredo era noivo da moça de nome Cecília, filha de Antônio Alves Trancozo, que submetia a filha a longo tratamento médico, mas já sem esperança de curá-la. Tancredo insiste com o futuro sogro para ir ao lugar e levar a filha, este aquiesceu e resolve vir em busca da cura por meio das águas virtuosas. Aqui ficou por algum tempo e sua filha com o uso das águas durante 20 dias apenas, nada mais sentia de seus antigos males. Uma vez curada, procura Antônio de Araújo Dantas para agradecer-lhe a indicação das águas, ao que ele responde: – Ah... tá veno só, mecê veio mofina, tá forçada!... Carece gardece a Vige?! Cecília radicou-se ao lugar por uma afeição de grande

agradecimento e, devota que era de Virgem Maria, pediu a seu pai para construir uma capela, sob a evocação de Nossa Senhora da Saúde, na qual, após a benção pelo Capelão da Campanha, se realizou seu casamento com Tancredo.

Artigo recebido em agosto de 2015.
Artigo aceito em outubro de 2015.